

## Tópicos de correção

Exame de Direito Processual Civil I (Noite) – Época especial

Regente: Isabel Alexandre

5-9-2025

Duração: 1h30

### **Considere a seguinte hipótese:**

A sociedade Talhantes Unidos, com sede em Coimbra, dedica-se ao abate e comercialização de bovinos, tendo vendido 1 tonelada de carne do acém à sociedade Hamburguesa Rica, com sede em Buenos Aires, pelo preço de 50.000 euros.

Não tendo ocorrido o pagamento na data acordada, Jorge, o gerente da Talhantes Unidos, propôs uma ação contra a Hamburguesa Rica no Juízo Local Cível de Lisboa, pedindo o pagamento dos 50.000 euros e dos respetivos juros vencidos e vincendos.

A ré não contesta, mas o juiz verifica, da leitura do contrato de compra e venda junto aos autos, que a Talhantes Unidos e a Hamburguesa Rica haviam acordado que, em caso de litígio, seriam exclusivamente competentes os tribunais espanhóis.

### **Responda, de modo, fundamentado, às seguintes questões:**

- a) Como deve o juiz decidir a questão da competência para a ação proposta? (6 valores)

Analisar a questão do conhecimento oficioso, ou não, da violação do pacto de jurisdição, à luz do Reg. 1215/2012; analisar a competência em razão do território e consequências da correspondente incompetência; verificar o valor da ação; analisar a competência em função do valor e consequências da correspondente incompetência

- b) Como deve o juiz decidir, se verificar que Jorge propõe a ação na qualidade de autor e, além disso, assina a própria petição inicial? (6 valores)

Analisar a questão da ilegitimidade singular; analisar a possibilidade de sanção da ilegitimidade singular; analisar a obrigatoriedade de constituição de advogado; verificar a possibilidade de sanção do vício da falta de patrocínio

- c) Como deve o juiz decidir se verificar, da leitura da petição inicial e dos documentos a ela juntos, que a Talhantes Unidos possuía um título executivo

contra a Hamburguesa Rica e podia, conseqüentemente, propor contra a ré uma ação executiva pela mesma dívida? (4 valores)

Analisar as conseqüências da falta de interesse em agir, em particular da indevida proposição de ação declarativa de condenação

d) Suponha, por fim, que a ré pretende fazer intervir na ação o seu fiador. Pode fazê-lo? (3 valores)

Analisar os casos em que a intervenção provocada pelo réu é possível, em particular o caso previsto no art. 316º/3/a CPC

Ponderação global: 1 valor